

O espelho do Congresso

Dificuldades e histórias que marcam a caminhada

POLÍTICA / NACIONAL

: comissões deficientes

nem sempre ascendente do Poder Legislativo

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Um cidadão comum de Belém do Pará ou Uruguaiana, distante mais de dois mil quilômetros da estrutura de poder concentrada em Brasília, certamente guarda na cabeça uma imagem quase imaculada do Poder Legislativo, como mais forte instituição responsável pela defesa de seus direitos. Mas se este cidadão se aproximar um pouco do Congresso Nacional e conhecer minúcias da sistemática de condução do Legislativo, inevitavelmente ele substituirá a impressão anterior. Ao constatar que nele tudo funciona como deveria ou imaginava, pode até se decepcionar.

A falta de efeitos práticos e o fraco desempenho das 20 comissões técnicas hoje existentes na Câmara, e das 18 do Senado, são um forte dado desalentador. No Congresso Nacional todos os 479 deputados e 69 senadores são obrigados a participar de uma destas comissões, que representam a única instância onde é possível se aprofundar o debate sobre problemas sociais e todas as questões de competência dos parlamentares. Teoricamente, o Poder Legislativo ideal de um regime democrático deveria ser o espelho dos trabalhos quase ocultos destas comissões.

Quase descrente sobre a validade prática dos trabalhos das comissões, o deputado **Marcio Santilli** (PMDB/SP) — membro da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão do Índio — revela que, infelizmente, esta não tem sido a prática usual do Legislativo Brasileiro. Trazendo em sua estrutura de funcionamento muitos vícios do regime autoritário, ele diz que embora tenha havido avanços, o trabalho das comissões ainda está muito aquém do desejoável.

Um dos maiores crônicos que ataca o bonançamento de todos os setores do Legislativo, e mais uma vez, a falta de assiduidade parlamentar, sem falar no comportamento dos políticos com interesses particulares ou de uns poucos grupos. Para que esta situação se reverta, Santilli frisa

Marcio Santilli conta que chegou a ser eleito para a presidência da Comissão, mas não resistiu a um acordo fechado pelo PDS com algumas alas do PMDB, e foi derrubado. "Meu primeiro ano na Comissão de Relações Exteriores — lembra — foi marcado por uma gestão muito fraca. Eu e meus colegas mais novos dançavam bonito. Nos não conhecíamos o regimento direito e os mais velhos nos driblavam em tudo".

O que menos se fazia na Comissão, segundo Santilli, era política. Nesta época, a comissão era famosa e muito cobiçada pelas mordomias que proporcionava aos menos interessados em trabalhar de verdade. Por ali circulavam sempre "figurões", e o lobby era quase que institucionalizado. Mas a atuação do novo grupo parlamentar diante deste arcabouço, acabou rendendo bons resultados. Hoje, garante Santilli, a Comissão tem um comportamento muito regular, com a realização de até três sessões por semana. Apesar desta nova geração nunca ter chegado à direção da Comissão de Relações Exteriores, outra grande conquista foi que se começou novamente a fazer política, derrubando os lobbies, o que vem dando um novo perfil à Comissão de Relações Exteriores.

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

E de competência desta comissão, entre outras atribuições, participar da tomada de medidas relativas ao serviço diplomático, tratados, acordos e convênios internacionais, além de conferências e congressos realizados no estrangeiro. Tudo isso carreava para a comissão um tráfico de influência muito grande, sem falar nas mordomias e viagens internacionais proporcionadas a alguns de seus integrantes, geralmente aos membros da direção. Por oferecer tantos benefícios, era praxe dos antigos presidentes da Câmara, ocupar a direção do órgão quando venciam suas funções na Presidência da casa. O deputado Flávio Marcião (PDS/CE), por exemplo, foi presidente da Comissão de Relações Exteriores durante nada menos que quatro legislaturas.

Do ponto de vista de importância de suas atribuições, tanto na Câmara como no Senado, as comissões mais atuantes, em termos de volume de trabalho são as de Constituição e Justiça, Finanças e Economia. Por estas três comissões, obrigatoriamente, passam quase todos os projetos aprovados no Congresso Nacional. A Comissão de Constituição e Justiça compete opinar sobre o aspecto constitucional, legal e jurídico de todas as matérias que tramitam no Legislativo.

Com exceção destas comissões especificamente técnicas, que deverão se debruçar em cima de pareceres sobre os projetos em andamento, as demais não possuem ainda um cronograma ou planejamento de trabalho para este ano de 1986. Isto porque está findando a gestão anterior e os novos presidentes só serão eleitos no próximo dia 10 de abril. A escolha dos integrantes e presidentes destas comissões é feita unicamente através de critérios políticos e de representatividade partidária nas duas casas do Legislativo.

Aos três maiores partidos — PMDB, PFL e PDS respectivamente — deverá caber o maior número de comissões. Pelo regimento, nenhum dos demais pequenos partidos teria representatividade para dirigir uma das comissões técnicas, mas mediante acordo

com as lideranças, o PT, PDT, e PRB ocuparão, cada um, a presidência de uma comissão.

COMISSÃO DO DF

No Senado, apesar de o número de parlamentares ser bem inferiores ao da Câmara, está em funcionamento quase o mesmo número de comissões técnicas permanentes. Mas sem entrar no mérito da qualidade do trabalho desenvolvido, e ali, sem dúvida, que funcionam as comissões de maior importância do Legislativo. É de exclusiva competência das comissões de Relações Exteriores e de Economia do Senado, por exemplo, a aprovação de pedidos de empréstimos externos e internos, qualquer tipo de acordo internacionais e a aprovação de novos embaixadores representantes do Brasil no Exterior.

Em decorrência da falta de representação política no Distrito Federal até agora, e da inexistência de uma Câmara de Veradores, e a Comissão do Distrito Federal, só existente no Senado, que legisla sobre toda a administração de Brasília. Até a indicação do nome do governador da capital tem de passar pelo crivo desta comissão. Por outro lado, existem também outras comissões no Senado totalmente dispensáveis, pela ineficácia de seus trabalhos. A Comissão dos Municípios é uma delas. Criada pelo senador Lomanto Júnior (PDS/BA) em 1982, ela na verdade nunca funcionou como deveria. Nesses anos todos, pouca coisa se fez além dos depoimentos de alguns prefeitos baianos.

FATO HISTÓRICO

Se por um lado a história

vado o pedido do presidente Costa e Silva. Mas o plenário manteve a decisão anterior da rejeição. O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, foi um dos que votou pela rejeição da licença para punição do então deputado emedebista.

Toda esta polêmica iniciada na Comissão de Relações Exteriores instaurou um clima de tensão e revolta no Congresso Nacional. No dia 13, finalmente, o presidente Costa e Silva decretou o AI-5, que culminou com o fechamento da Câmara e Senado e a cassação de centenas de parlamentares em todo o país.

SUSTO

Em vias de ser transformada em Comissão dos Direitos Humanos, a recém-criada Comissão do Índio também traz em sua história alguns acontecimentos interessantes, menos tristes, mas igualmente dramáticos. Um deles foi o sequestro seguido de ameaça de morte a parte dos integrantes da Comissão, pelos índios mato-grossenses Kayabis e Apiakás, no ano passado. O sequestro aconteceu quando a Comissão se deslocou para a área de conflito dos índios com fazendeiros e técnicos que construíram uma hidrelétrica na região de Juara, ao norte de Mato Grosso.

Gilson de Barros (PDT/MT) e Mário Juruna (PDT/RJ) foram dois dos parlamentares sequestrados. Eles chegaram ao local em três aviões, levando na delegação uma equipe de TV e funcionários da Funai. Nem a presença do índio xavante Juruna acalmou a ira dos Apiakás, que danificaram os três aviões com tiros de espingarda, depois de aprisioná-los. O deputado Gilson de Barros conta que viveram momentos dramáticos, ate que resolveu aplicar "o golpe da promessa", para ganhar a confiança dos índios.

Eu prometi então — lembra — que levaríamos ate lá o presidente da República para resolver o conflito. Enquanto eles se reuniram em outro local para discutir a proposta, aproveitamos para entrar nos aviões e retornar a Cuiabá.

Outro fato pitoresco que marcou a existência da Comissão do Índio foi a despedida do deputado Mário Juruna da presidência do órgão, no ano passado, quando foi substituído por Arildo Teles (PDT/RJ). Por ter sido o autor da proposta que motivou a criação da Comissão em 1983, Juruna achava que tinha o direito de presidi-la indefinidamente. No dia da transmissão do cargo ao novo presidente, os funcionários da Comissão contaram que Juruna, muito emocionado, saiu chorando da solenidade.

NOVAS COMISSÕES

Com a transformação da Comissão do Índio em Comissão de Direitos Humanos, serão criadas mais três subcomissões: das mulheres, do negro e do índio. Além destas, serão criadas ainda a Comissão da Previdência Social e do Desenvolvimento Urbano, todas na Câmara dos Deputados.

A Arena mudou toda comissão para processar Moreira Alves, mas o plenário não cedeu. Costa e Silva reagiu então com o AI-5

que é necessário um processo de mudança de mentalidade entre os próprios parlamentares.

Este trabalho de conscientização, de certa forma, vem sendo exercido com sucesso dentro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara por um jovem grupo de parlamentares que atraíram seu primeiro mandato na casa. Ainda com a cabeça fervilhando de ideias e cheio de expectativas quanto a atuação parlamentar que idealizava, Santilli lembra que quando chegou à Câmara, em 1982, escolheu, para trabalhar, junto com vários colegas também iniciantes, a Comissão de Relações Exteriores.

As decepções vieram cedo. A Comissão era totalmente comandada por um grupo de velhos pedessistas, ainda muito comprometido com os vícios do governo anterior. O deputado